



ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

**ASSOCIAÇÃO PARA O  
PLANEAMENTO DA  
FAMÍLIA**

**RELATÓRIO E  
CONTAS 2022**

## Balanço

ASSOC PARA O PLANEAMENTO DA FAMILIA

NIF: 500989575

## Balanço em 31 de dezembro de 2022

(em euros)

Rubrica	Notas	2022	2021
<b>ATIVO</b>			
<i>Ativo não corrente</i>			
Ativos fixos tangíveis	4	72 663,61	94 657,61
Ativos intangíveis	5	2 758,08	2 793,00
Investimentos financeiros	12.1	23 148,35	17 161,86
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros	12.2	8 067,96	14 277,10
<b>Total ativo não corrente</b>		<b>106 638,00</b>	<b>128 889,57</b>
<i>Ativo corrente</i>			
Inventários	6	43 610,28	43 739,18
Créditos a receber	12.2	4 663,29	2 271,72
Estado e outros entes públicos	12.2	1 483,33	1 483,33
Diferimentos	12.2	4 429,01	4 941,35
Outros ativos correntes	12.2	250 669,03	560 224,63
Caixa e depósitos bancários		123 063,19	139 322,80
<b>Total ativo corrente</b>		<b>427 918,13</b>	<b>751 983,01</b>
<b>Total ativo</b>		<b>534 556,13</b>	<b>880 872,58</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<i>Fundos Patrimoniais</i>			
Fundos		112 665,66	112 665,66
Resultados transitados		-204 892,03	-96 821,37
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		59 285,53	82 489,93
Resultado líquido do período		-367 213,35	-108 070,66
<b>Total fundos patrimoniais</b>		<b>-400 154,19</b>	<b>-9 736,44</b>
<b>PASSIVO</b>			
<i>Passivo não corrente</i>			
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<i>Passivo corrente</i>			
Fornecedores	12.2	18 109,07	16 744,98
Estado e outros entes públicos	12.2	387 386,35	358 884,12
Financiamentos obtidos	12.2	112 229,19	93 131,16
Diferimentos	12.2	59 156,21	123 564,63
Outros passivos correntes	12.2	357 829,50	298 284,13
<b>Total passivo corrente</b>		<b>934 710,32</b>	<b>890 609,02</b>
<b>Total passivo</b>		<b>934 710,32</b>	<b>890 609,02</b>
<b>Total fundos patrimoniais e passivo</b>		<b>534 556,13</b>	<b>880 872,58</b>

## Demonstração de Resultados

ASSOC PARA O PLANEAMENTO DA FAMILIA

NIF: 500989575

## Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2022

(em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Vendas e serviços prestados	7	121 938,78	78 214,06
Subsídios, doações e legados à exploração	8	1 248 823,07	1 533 888,85
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12.4	-128,90	-1 511,83
Fornecimentos e serviços externos	12.4	-495 058,23	-559 822,29
Gastos com o pessoal	9	-1 189 721,75	-1 208 638,28
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	4	0,00	-1 233,37
Outros rendimentos	12.5	109 924,65	101 544,19
Outros gastos	12.6	-129 313,55	-33 803,99
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		-333 535,93	-91 362,66
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-33 677,42	-16 708,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)</b>		-367 213,35	-108 070,66
Juros e rendimentos similares obtidos	12.5	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		-367 213,35	-108 070,66
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		-367 213,35	-108 070,66

## Demonstração de alteração nos Fundos Patrimoniais

ASSOC PARA O PLANEAMENTO DA FAMILIA

NIF: 500989575

### Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Movimentos do período	Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do período	Total
Poisção no início do período 2021	1	112 665,66	0,00	-88 530,38	0,00	75 631,10	21 883,06	121 649,44
<b>Alterações do período</b>								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	-30 174,05	0,00	6 858,83	0,00	-23 315,22
	2	0,00	0,00	-30 174,05	0,00	6 858,83	0,00	-23 315,22
<b>Resultado líquido do período</b>	3						-108 070,66	-108 070,66
<b>Resultado integral</b>	4=2+3						0,00	0,00
<b>Operações com instituidores no período</b>								
Outras operações		0,00	0,00	21 883,06	0,00	0,00	-21 883,06	0,00
	5	0,00	0,00	21 883,06	0,00	0,00	-21 883,06	0,00
<b>Poisção no fim do período 2021</b>	6=1+2+3+5	112 665,66	0,00	-96 821,37	0,00	82 489,93	-108 070,66	-9 736,44
<b>Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios - 2022</b>								
Movimentos do período	Notas	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do período	Total
Poisção no início do período 2022	1	112 665,66	0,00	-96 821,37	0,00	82 489,93	-108 070,66	-9 736,44
<b>Alterações do período</b>								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	-23 204,40	0,00	-23 204,40
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	-23 204,40	0,00	-23 204,40
<b>Resultado líquido do período</b>	3						-367 213,35	-367 213,35
<b>Resultado integral</b>	4=2+3						0,00	0,00
<b>Operações com instituidores no período</b>								
Outras operações		0,00	0,00	-108 070,66	0,00	0,00	108 070,66	0,00
	5	0,00	0,00	-108 070,66	0,00	0,00	108 070,66	0,00
<b>Poisção no fim do período 2022</b>	6=1+2+3+5	112 665,66	0,00	-204 892,03	0,00	59 285,53	-367 213,35	-400 154,19

## Demonstração de Fluxos de Caixa

ASSOC PARA O PLANEAMENTO DA FAMILIA

NIF: 500989575

Balço em 31 de dezembro de 2022

(em euros)

Rubrica	Notas	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		149 267,42	91 598,18
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-446 974,87	-134 882,57
Pagamentos ao pessoal		-1 151 787,75	-706 584,78
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-94 518,68	-703 465,45
Fluxos de caixa das atividades operacionais		-1 544 013,88	-1 453 334,62
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		24 906,06	-87 830,54
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento		24 906,06	-87 830,54
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 786 807,50	1 672 494,06
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		40,71	7 560,65
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		284 000,00	-174 901,16
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		1 502 848,21	1 505 153,55
Varição de caixa e seus equivalentes		-16 259,61	-36 011,61
Caixa e seus equivalentes no início do período		139 322,80	175 334,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período		123 063,19	139 322,80

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O anexo visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e as políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

### **1. Identificação da entidade:**

A Associação para o Planeamento da Família é uma instituição sem fins lucrativos, com sede na Avenida João Paulo II Lote 565 R/C, 1950-154 Lisboa. Tem como missão contribuir para que as pessoas possam fazer escolhas livres e responsáveis na sua vida sexual e reprodutiva incluindo a promoção da parentalidade positiva.

### **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

#### **2.1. Referencial contabilístico**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações resultantes do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) sendo supletivamente aplicadas as NCRF, as Normas Interpretativas (NI), as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações (SIC/IFRIC).

#### **2.2. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

#### **2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2021.

### 3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

#### 3.1. Principais políticas contabilísticas

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

#### **ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (§ 7)**

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a APF espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à APF a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a APF tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estima- da:

Edifícios e outras construções: 10 Anos

Equipamento básico: 6 Anos

Equipamento de transporte: 4 Anos

Equipamento administrativo: 7 Anos

Outros ativos fixos tangíveis: 10 Anos

A APF revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, encontrando-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

#### **ATIVOS INTANGÍVEIS (§ 8)**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortiza- ções e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são

reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

### **INVENTÁRIOS (§11)**

Os Inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A APF adota como método de custeio dos inventários o custo médio.

### **RÉDITO (§12)**

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade;



- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

#### **CONTABILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS (§ 14)**

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados nos Fundos Patrimoniais e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

Igual procedimento é aplicado às doações com a finalidade de compensar gastos ou de financiar a aquisição de ativos depreciables.

#### **INSTRUMENTOS FINANCEIROS (§ 17)**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes, utentes e outras dívidas de terceiros: as dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu custo (valor nominal) dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Fornecedores e outras dívidas a terceiros: as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu custo (valor nominal) dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Empréstimos: os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.
- Periodizações: as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, quando não são insignificantes, são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.
- Caixa e Depósitos bancários: os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

#### **BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (§ 18)**

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

### 3.2. Alterações nas políticas contabilísticas

As alterações nas estimativas e erros materialmente relevantes foram regularizadas por contrapartida de contas de resultados transitados, as restantes por contrapartida de gastos e/ou rendimentos de exercícios anteriores.

## 4. Ativos fixos tangíveis:

As bases de mensuração utilizadas para determinar a quantia escriturada bruta estão descritas no ponto 3.1 (§ 7).

31 de Dezembro de 2021						
Descrição	Saldo em 01/01/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Transferências	Correções	Saldo em 31/12/2021
<b>Quantia escriturada</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	6 392,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6 392,95
Equipamento básico	6 779,15	4 072,84	0,00	0,00	0,00	10 851,99
Equipamento de transporte	178 400,64	0,00	0,00	0,00	0,00	178 400,64
Equipamento administrativo	49 359,72	7 575,66	0,00	0,00	0,00	56 935,38
Outros activos fixos tangíveis	2 263,56	0,00	0,00	0,00	0,00	2 263,56
<b>Total</b>	<b>243 196,02</b>	<b>11 648,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>254 844,52</b>

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

31 de Dezembro de 2021						
Descrição	Saldo em 01/01/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Transferências	Correções	Saldo em 31/12/2021
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	6 392,95					6 392,95
Equipamento básico	4 327,27	1 746,30				6 073,57
Equipamento de transporte	94 336,93	24 318,72				118 655,65
Equipamento administrativo	41 823,52	7 194,02				49 017,54
Outros activos fixos tangíveis	1 657,74	383,46				2 041,20
<b>Total</b>	<b>148 538,41</b>	<b>33 642,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>182 180,91</b>

## 5. Ativos Intangíveis

As bases de mensuração utilizadas para determinar a quantia escriturada bruta estão descritas no ponto 3.1 (§ 8).

31 de Dezembro de 2022						
Descrição	Saldo em 01/01/2022	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Transferências	Correções	Saldo em 31/12/2022
<b>Quantia escriturada</b>						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	9 770,22	0,00	0,00	0,00	0,00	9 770,22
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Portal Online	36 407,45	0,00	0,00	0,00	0,00	36 407,45
Activos intangíveis em curso	2 758,08	0,00	0,00	0,00	0,00	2 758,08
<b>Total</b>	<b>48 935,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>48 935,75</b>

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

31 de Dezembro de 2022						
Descrição	Saldo em 01/01/2022	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Transferências	Correções	Saldo em 31/12/2022
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	9 770,22	0,00	0,00	0,00	0,00	9 770,22
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Portal Online	36 407,45	0,00	0,00	0,00	0,00	36 407,45
Activos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>46 177,67</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>46 177,67</b>

## 6. Inventários

As bases de mensuração utilizadas para determinar a quantia escriturada bruta estão descritas no ponto 3.1 (§ 7).

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Compras	CMVMC	Regularizações	Saldo em 31/12/2022
Matérias primas e consumíveis	0	0	0	0	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0	0	0	0	0,00
Produtos acabados	0	0	0	0	0,00
Mercadorias	43 739,18	0	128,9	0	43 610,28
<b>TOTAL</b>	<b>43 739,18</b>	<b>0,00</b>	<b>128,90</b>	<b>0,00</b>	<b>43 610,28</b>

## 7. Rédito

O rédito na APF corresponde ao rendimento resultante da sua atividade comercial e/ou relacionado com esta. As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito estão expressas no ponto 3.1 (§ 12).

Conta	Descrição	2022	2021
711	Vendas-Mercadorias	311,35	1 132,17
721	Prestações de serviços-Quotizações e Joias	9 117,03	1 181,27
722	Prestações de serviços-Autofinanciamento	112 510,40	75 900,62
	<b>Total Vendas e Prestações de serviços</b>	<b>121 938,78</b>	<b>78 214,06</b>

Conta	Descrição	2022	2021
78161	Outros rendimentos suplementares-Patrocínios	203,25	11 795,00
781621	Outros rendimentos suplementares-Donativos-Em espécie	40 030,46	51 791,76
781622	Outros rendimentos suplementares-Donativos-Em numerário	40 287,65	24 767,54
782	Descontos de pronto pagamento obtidos	110,02	804,47
7881	Correcções relativas a exercícios anteriores	7 321,99	8 260,12
7885	Restituição de impostos	10 839,38	4 081,18
7888	Outros não especificados	11 131,90	44,12
	<b>Total Outros rendimentos</b>	<b>109 924,65</b>	<b>101 544,19</b>

## 8. Subsídios e outros apoios

As bases de mensuração utilizadas para determinar a quantia escriturada bruta estão descritas no ponto 3.1 (§ 14).

8.1. Evolução do subsídios ao investimento reconhecidos nos Fundos patrimoniais atribuídos por entidades públicas.

Subsídio para aquisição Ativos Fixos Tangíveis	Montante
Saldo 01/01/2022	83 044,93
Aumentos	
Reconhecimento como ganho	23 204,40
Saldo 31/12/2022	59 840,53

Durante o ano de 2022 não foi atribuídos à APF qualquer subsídio do investimento

8.2. Em 2022, os subsídios à exploração atribuídos à APF por entidades públicas, foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Direcção Geral da Saúde	104 999,99	110 000,01
SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências	123 953,28	99 406,56
Instituto da Segurança Social, IP	330 478,17	317 640,12
CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	2 453,98	7 380,00
ACM - Alto Comissariado para as migrações	86 012,06	50 007,79
Secretaria de Estado para a Cidadania e Igualdade	373 988,79	374 599,61
Subsídios de entidades públicas-Nacionais-PT2020		372 548,69
Município do Funchal	17 500,00	18 270,72
Município de Matosinhos	20 000,00	25 091,77
Município de Albufeira	2 761,87	4 506,40
Município de Faro	2 184,99	6 852,40
IASaúde Madeira - Instituto Adm. Saúde e Assuntos Sociais Madeira	5 000,00	5 000,00
Município de Portimão	4 202,65	5 340,34
IEFP	20 957,31	44 449,04
Secretaria Geral Ministério da Saúde	88 130,00	11 810,00
CITE Comissão p/ a Igualdade no Trabalho e no Emprego	5 405,07	5 756,22
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação	280,00	9 994,63
Comissão Europeia		28 475,13
EEA Grants - 4Children		12 685,20
<b>Total Subsídios à exploração de entidades públicas</b>	<b>1 188 308,16</b>	<b>1 509 814,63</b>

Note-se que no que diz respeito ao PT 2020, o valor é nulo porque as receitas recebidas relativas a 2022 estão dentro dos valores iniciais do projeto que já estava previamente contabilizado.

8.3. Em 2022 e 2021, a APF recebeu os seguintes subsídios à exploração de outras entidades nacionais e internacionais

Descrição	2022	2021
Fundação Calouste Gulbenkian	20 212,70	0,00
Subsídios de outras entidades-Nacionais-GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos		369,00
Subsídios de outras entidades-Nacionais-AGUIBEF		10 500,00
IPPF - Internacional Planned Parenthood Federation	18 796,55	11 675,67
END FGM European Network	108,60	1 529,55
Associazione Italiana Donne Per Lo	21 356,35	0,00
Doações Geral	40,71	0,00
<b>Total Subsídios à exploração de outras entidades nacionais e internacionais</b>	<b>60 514,91</b>	<b>24 074,22</b>

## 9. Benefícios dos empregados

A relação do número médio de pessoas ao serviço da APF ao longo dos últimos 5 anos é a seguinte:

2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
25	29	35	37	54	60	64

Os gastos que a APF incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações certas	899 019,82	927 640,32
Remunerações variáveis	69 584,79	59 287,91
Indemnizações	2 614,00	1 503,00
Encargos sobre remunerações	201 644,86	205 177,38
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	11 689,07	9 263,94
Custos de accao social	15,00	243,39
Outros gastos com o pessoal	5 154,21	5 522,34
<b>Total Gastos com Pessoal</b>	<b>1 189 721,75</b>	<b>1 208 638,28</b>

## 10. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do balanço não ocorreram acontecimentos que levassem a ajustamentos no balanço e/ou na demonstração dos resultados ou a divulgações no respetivo anexo.

## 11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

À data de 31 de dezembro de 2022, nos termos do Decreto-Lei 534/80, a APF apresentava em dívida à Segurança Social e Autoridade Tributárias referentes à Taxa Social Única e retenções relativas a rendimento colocados à disposição de trabalhadores dependentes e trabalhadores independentes.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da APF, a 31/12/2021, perante a Segurança Social e Administração Fiscal não se encontrava regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 12. Outras informações

### 12.1. Investimentos financeiros

A conta dos investimentos financeiros apresentada no balanço é composta por:

Investimentos financeiros	2021	2020
FGCT/FCT	23 148,35	17 161,86

O FGCT/FCT (Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho e Fundo de Compensação do Trabalho) são de adesão obrigatória (código do trabalho) e a sua constituição é feita mensalmente e calcula-se através de uma percentagem da retribuição de cada trabalhador. Destina-se, juntamente com o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade (50%) da compensação devida pelo empregador, por cessação do contrato de trabalho. Esta medida abrange os trabalhadores cujos contratos de trabalho sejam celebrados após entrada em vigor da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, ou seja, 1 de outubro de 2013.

De salientar, que à data de 31 de dezembro de 2022, não tinha sido feita a comunicação, entrega e pagamento destas quantias ao Fundo de Compensação.

### 12.2. Contas a receber e a pagar

A evolução das contas a receber de terceiros nos dois últimos anos evoluiu da seguinte forma:

Terceiros - Valores a receber	2022	2021
Cientes e Utentes	4 663,29	2 271,72
Estado	1 483,33	1 483,33
Doadores	6 933,96	261,25
Patrocinadores	984,00	14 015,85
Reembolsos de financiadores	227 875,66	545 730,57
Outras contas a receber	15 324,23	7 688,40
Diferimentos	4 429,01	4 941,35
<b>Total de valores a receber</b>	<b>261 693,48</b>	<b>576 392,47</b>

Por seu turno, as contas a pagar a terceiros evoluiu da seguinte forma:

Terceiros - Valores a pagar	2022	2021
Fornecedores	18 109,07	16 744,98
Pessoal	141 175,74	55 870,83
Estado	387 386,35	358 884,12
Outras contas a pagar	201 251,91	229 238,80
Diferimentos	59 156,21	123 564,63
<b>Total de valores a pagar</b>	<b>807 079,28</b>	<b>784 303,36</b>

### 12.3. Financiamentos obtidos

No que concerne à exposição ao crédito, no final do ano de 2022, o montante de financiamentos obtidos é aquele que se descreve na tabela a abaixo.

Descrição	2022	2021
<b>Não Correntes</b>		
IPPF	75 500,00	79 500,00
<b>Total não corrente</b>	<b>75 500,00</b>	<b>79 500,00</b>
<b>Correntes</b>		
Empréstimos Bancários - conta caucionada	40 000,00	20 000,00
Financiamentos de projetos - Município Albufeira	3 985,14	2 996,86
Outros empréstimos	526,76	
<b>Total corrente</b>	<b>-19 631,16</b>	<b>-19 631,16</b>
<b>Total financiamentos obtidos</b>	<b>-93 131,16</b>	<b>-93 131,16</b>

12.4. Fornecimentos de serviços externos e CMVMC

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos e do CMVMC nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Custo inventários vendidos e matérias consumidas-Mercadorias	128,90	1 511,83
Subcontratos	4 897,14	3 632,95
Trabalhos especializados	13 604,75	11 899,14
Publicidade e propaganda	3 369,36	12,00
Vigilância e segurança	550,53	974,75
Honorários-Advogados	6 765,00	8 610,00
Honorários-Recursos Humanos Externos	231 628,97	268 381,06
Conservação e reparação-Equipamentos	78,72	171,95
Conservação e reparação-Viaturas	3 383,23	2 538,18
Conservação e reparação-Instalações	199,57	450,98
Conservação e reparação-Diversos	215,86	20,00
Serviços bancários	4 013,10	2 203,77
Outros serviços especializados	975,95	138,24
Materiais	10 164,70	12 083,67
Energia e fluidos-Eletricidade	17 277,89	12 506,32
Energia e fluidos-Combustíveis	12 594,55	9 455,65
Energia e fluidos-Água	4 199,32	3 760,94
Deslocações, estadas e transportes	12 685,12	24 153,43
Renda Escritórios	51 950,77	59 661,14
Aluguer Equipamentos	11 963,18	13 824,19
Aluguer Salas (formação, seminários, jornadas, etc)	1 296,00	180,00
Serviços diversos-Comunicação	30 062,39	27 998,47
Seguros	6 079,64	8 177,72
Serviços diversos-Contencioso e notariado	206,48	220,00
Serviços diversos-Despesas de representação	35,05	0,00
Serviços diversos-Limpeza, higiene e conforto	2 840,61	6 311,99
Serviços diversos-Outros serviços	64 020,35	82 455,75
<b>Total FSE + CMVM</b>	<b>495 187,13</b>	<b>561 334,12</b>

12.5. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros rendimentos e ganhos	2022	2021
Patrocínios	203,25	11 795,00
Donativos	80 318,11	76 559,30
Descontos de pronto pagamento obtidos	110,02	804,47
Correções relativas a exercícios anteriores	7 321,99	8 260,12
Restituição de impostos	10 839,38	4 081,18
Outros não especificados	11 131,90	44,12
<b>Total</b>	<b>109 924,65</b>	<b>101 544,19</b>

12.6. 1.1. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos	2022	2021
Patrocínios	203,25	11 795,00
Donativos	80 318,11	76 559,30
Descontos de pronto pagamento obtidos	110,02	804,47
Correções relativas a exercícios anteriores	7 321,99	8 260,12
Restituição de impostos	10 839,38	4 081,18
Outros não especificados	11 131,90	44,12
<b>Total</b>	<b>109 924,65</b>	<b>101 544,19</b>

12.7. Resultados Financeiros

No período de 2021 não foram reconhecidos gastos nem rendimentos relacionados com juros e similares.



### **Nota da Direção Executiva sobre o Relatório e contas de 2022**

As Contas de 2022 da APF espelham aquele que foi indubitavelmente um dos anos mais difíceis da vida da associação, com momentos de dificuldades de tesouraria e incapacidade de fazer face a dívidas.

No entanto, vale a pena assinalar que este foi também um ano de profundas mudanças internas cujos efeitos só terão impactos já no exercício de 2023. As dificuldades sentidas levaram a uma redução do número de funcionários, o que permitiu à Associação aproximar-se progressivamente dos valores mais sustentáveis face ao financiamento real disponível.

Ainda em 2022, procedeu-se à alteração da responsabilidade pela contabilidade para uma empresa especializada, ao contrário da utilização de recursos internos, com a sobrecarga burocrática que essa opção vinha a implicar para a associação. No final de 2022 e início de 2023, os procedimentos contabilísticos estão a ser alterados e simplificados.

Também em 2022 houve várias alterações ao nível da direção executiva que culminaram na contratação de uma diretora executiva em Fevereiro de 2023. Até esse momento, os coordenadores regionais foram assumindo uma maior responsabilidade pela gestão financeira dos projetos, que passou a fazer-se de forma mais direta e proativa. Este processo permitiu aos coordenadores locais desenvolver as suas competências nessa gestão e tornarem-se uma parte integrante da gestão da associação global da associação, o que se manteve em 2023 e com a nova direção executiva.

Ainda no final do ano foram também feitos esforços para o parcelamento a longo prazo junto da Segurança Social de uma das maiores dívidas da associação. Assim, a partir de março de 2023 foi já possível ter a situação regularizada com a Autoridade Tributária e a Segurança Social. Em 2023 tem sido possível pagar esses planos prestacionais sem interrupções e também começar a pagar de forma gradual os valores em dívida aos funcionários.

Em suma, após todas as dificuldades refletidas nas contas de 2022, os primeiros meses de 2023 começam a refletir os efeitos positivos da mudança estrutural ocorrida em 2022 e pensamos que 2023 será um ano de menores dificuldades financeiras, que permitam à APF focar-se cada vez mais na sua Missão!

Julho de 2023

Sara Rocha

Diretora Executiva da APF